



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

29/04/2018

INDICE

1. JORNAL EXTRA	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	2
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	3
2.2. JUÍZES.....	4
2.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	6 - 9
3.2. JUÍZES.....	10 - 11
3.3. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	12 - 14
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. ASSESSORIA.....	15
4.2. DESEMBARGADOR.....	16
4.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	17 - 20
4.4. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	21

Encontros Temáticos

O advogado Marcelo Lobato, sócio do renomado escritório Silveira, Athias Advogados será um dos palestrantes convidados do evento Encontros Temáticos Conima, que acontece no próximo dia 3 de maio, às 19h na sede da Associação Comercial do MA.

O tema das palestras e debates será “ Novas Oportunidades para a Advocacia - Medição, Arbitragem, Meios Digitais de Solução de Conflitos e Resolução N. 43/2017 do TJMA”. A promoção é do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem / CONIMA.

O evento é aberto ao público e as inscrições podem ser feitas on line no endereço <https://encontrotematicoma.eventize.com.br>

Justiça aperta José Laci, ex-prefeito de Raposa, por prestação de contas

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís proferiu decisão determinando que os ex-prefeitos do município de Raposa José Laci de Oliveira (pai da atual prefeita Talita Laci) e Erinaldo Honorato de Lima entreguem à Câmara Municipal de Raposa as contas referentes aos exercícios financeiros de 2001, 2002 e 2003 no prazo de 60 (sessenta) dias.

Na mesma decisão, o juiz Douglas Martins determina que o ex-prefeito Erinaldo Honorato entregue a prestação de contas referente ao ano de 2003, pela qual era responsável, ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), no mesmo prazo, de 60 dias.

O caso trata de ação popular ajuizada por dois cidadãos contra José Laci e Erinaldo Honorato, ex-prefeitos de Município de Raposa, que compõe a Grande São Luís. Os autores notificaram que não foram apresentadas à Câmara Municipal de Raposa as contas referentes aos exercícios financeiros de 2001 e 2002, de responsabilidade do ex-prefeito José Laci de Oliveira, e de 2003, cujo ordenador de despesas era Erinaldo Honorato de Lima – vice-prefeito no mesmo mandato, que assumiu a gestão municipal após a renúncia do primeiro – descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os autores da ação pediram a declaração da obrigação dos réus de apresentar as contas dos exercícios financeiros citados – o que foi

requerido em pedido liminar – sustentando que a ação popular tem esteio na ilegalidade, ilegitimidade e na lesividade da conduta em questão, que, por ação ou omissão, deteriora o patrimônio público. O juiz efetuou despacho, determinando a citação dos réus para apresentarem contestação e decidindo pelo cabimento da liminar.

Os ex-gestores contestaram e requereram o indeferimento dos pedidos, alegando falta de lógica no pedido, a impossibilidade jurídica por ausência de provas de dano ao patrimônio público, visto que as contas ainda encontravam-se sob a análise do Tribunal de Contas do Estado, o que caracterizaria também a ausência de lesividade ao erário.

No decorrer da ação houve uma audiência de tentativa de conciliação, mas não houve acordo.

Para a Justiça, ao descumprirem a obrigação legal de encaminhar a prestação de contas sob sua responsabilidade à Câmara Municipal, os réus infringiram o princípio constitucional da legalidade. Na mesma via, eles teriam violado o princípio da publicidade, quando atentaram contra a transparência da gestão fiscal, prevista no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a publicidade dos atos oficiais, prevista em artigos da Lei de Improbidade Administrativa, e não atenderam ao dever de disponibilização das contas públicas para consulta e apreciação dos cidadãos.

Em Foco

Encontros temáticos

O advogado Marcelo Lobato, sócio do renomado escritório Silveira, Athias Advogados será um dos palestrantes convidados do evento Encontros Temáticos Conima, que acontece no próximo dia 3 de maio, às 19h na sede da Associação Comercial do MA. O tema das palestras e debates será "Novas Oportunidades para a Advocacia - Medição, Arbitragem, Meios Digitais de Solução de Conflitos e Resolução N. 43/2017 do TJMA". A promoção é do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem / CONIMA. O evento é aberto ao público e as inscrições podem ser feitas on line no endereço <https://encontrotematicoma.eventize.com.br>

Bate Rebate

POSSE



O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, empossou o juiz Sílvio Alves Nascimento (1ª Vara de Colinas) como membro suplente da Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Presidente Dutra. A Turma foi instalada em 2013 e conta hoje

com mais de 600 processos no acervo, competente para processar e julgar recursos contra decisões de competência dos juizados oriundas das comarcas de Presidente Dutra, Barra do Corda, Buriti Bravo, Colinas, Dom Pedro, Fernando Falcão, Fortuna, Gonçalves Dias, Governador Eugênio Barros, Joselândia, Mirador, Paraibano, Passagem Franca, Santo Antonio dos Lopes, São Domingos do Maranhão, Sucupira do Norte e Tuntum.

Bate **Rebate**

EXPEDIENTE



O Poder Judiciário do Maranhão funcionará normalmente nesta segunda-feira, dia 30 de abril. Haverá o funcionamento em dois expedientes, com atendimento ao público, em todos os órgãos e unidades do Poder Judiciário estadual. As atividades judiciárias serão paralisadas somente no feriado de 1º de maio, terça-feira, Dia do Trabalhador, incluído no calendário forense publicado pelo TJMA a cada ano.

EXCLUSIVO | **Fraude na saúde?**

Secretário explica por que pediu habeas corpus

Em entrevista a **O Imparcial**, o secretário de Saúde, Carlos Lula, diz que investigação da Polícia Federal na Secretaria de Saúde é ilegal, explica os motivos que o levaram a entrar com dois pedidos de habeas corpus para trancar as investigações e comenta ações feitas pela SES para combater fraudes. **POLÍTICA**



Entrevista// Carlos Lula

"A investigação da Polícia Federal é ilegal"

Secretário de Saúde, Carlos Lula, explica os motivos que o levaram a entrar com dois pedidos de habeas corpus para trancar as investigações realizadas e comenta ações feitas pela SES para combater fraudes

GEORGE RAPOSO

Em entrevista exclusiva para **O Imparcial**, o secretário de Saúde do Estado do Maranhão, Carlos Eduardo Lula, esclareceu a polêmica acerca dos pedidos de habeas corpus feitos contra a investigação da Polícia Federal, especificamente na Operação Rêmoura, que trata de contratos do Idac com a UPA de Chapadinha.

Além disso, o secretário defendeu a postura da Secretaria destacando a colaboração feita com as investigações e também elencou as ações realizadas para minimizar a possibilidade de fraude.

Por fim, Carlos Lula ainda alertou para as possíveis consequências da retirada feita pelos deputados federais de emendas positivas para a saúde que seriam distribuídas pelo Estado para os municípios.

Por que você entrou com o pedido habeas corpus?

Os habeas corpus se voltaram contra a investigação da Polícia Federal. Eles se referem ainda à Operação Rêmoura, que investigava o Idac. Esse inquérito se iniciou e foi arquivado sem que eu tivesse conhecimento, ou que eu tivesse sido intimado para qualquer ato. O arquivamento se deu por ausência de provas. Então, a magistrada responsável ordenou o arquivamento do inquérito. Mesmo com a ordem do arqui-

vamento, o processo continua. Quando eu soube do inquérito, tive conhecimento de que ele estava arquivado e mesmo assim continuava o procedimento pelo delegado. Portanto, um procedimento ilegal. Em dezembro de 2017, eu entrei com o pedido de habeas corpus com pedido de liminar que a investigação fosse paralisada até o julgamento do HC, pelo simples motivo de que a magistrada tinha pedido o arquivamento.

Houve outro habeas corpus este ano?

O primeiro habeas corpus foi pro STJ, pois entendeu-se que estaria se discutindo um ato da magistrada e, portanto, a instância superior seria competente pra julgar. Quando isso ocorreu, eu entrei com outro HC com novo argumento. Eu estaria sendo acusado (mesmo sem ter sido indiciado), em tese, por fraude a licitação. Ocorre que não houve licitação, pois a lei não exige. Não houve pagamento ao Idac pela UPA de Chapadinha e, nesse período, não houve pagamento do Estado, portanto, não haveria competência da Polícia Federal para investigar e da Justiça Federal para julgar, pois inexistente verba federal.

Os habeas corpus têm ligação com uma possível prisão?

OS HC não visam obstaculizar

prisão, mas ele é o único remédio que existe para trancar uma investigação que é ilegal. A liminar não foi concedida, mas eu tenho convicção que, no mérito, a investigação será paralisada porque não há substrato.

O primeiro pedido é pra trancar, pois não há crime. Mas caso haja algum crime verificado, que seja investigado e julgado pela autoridade competente, pois senão todos os atos serão nulos. Como não há verba federal, a investigação teria que ser enviada para a Polícia Civil com o Tribunal de Justiça para acompanhar o inquérito. Esse é um argumento subsidiário e talvez não vamos chegar a esse ponto, pois não há crime.

Como a Secretaria tem ajudado as investigações?

Tudo que foi requisitado pela Polícia, a Secretaria encaminhou até o momento. Todas as provas que foram solicitadas, cópia do procedimento que foi solicitado, o próprio contrato que é o objeto da investigação. A Secretaria tá apoiando a investigação, a gente não tem nada a esconder com relação ao caso.

O que você tem feito para evitar fraudes?

Nós fizemos todo o recadastramento de todos os servidores para combater isso e para que não houvesse ninguém que não está trabalhando e estivesse

recebendo. Temos dois grandes gargalos com organizações sociais (OS). A lei tirou dois requisitos para "facilitar" a saúde, que foi a inexigibilidade do procedimento licitatório das OS para contratar e também não precisa realizar concurso público. Para atacar isso, a gente passou a exigir um seletivo para as OS. Fizemos o primeiro seletivo em muitos anos, para que a ascensão das pessoas se desse por critério impessoal. Sem indicação. De outro lado passamos a exigir que a contratação de pessoa jurídica pelas OS tivesse um processo mínimo, formal de contratação. Novamente para ter impessoalidade na gestão destes contratos. A gente aumentou o controle, pois não havia controle do que era gasto. Hoje há um procedimento eletrônico com cruzamento de nota fiscal, cruzamento de pessoa jurídica. Temos um modelo muito mais sofisticado de controle das OS.

Como tratar com as organizações sociais?

Diminuímos o número de OS na gestão da secretaria. Apostamos na Emserh, apostamos que ela teria condições de fazer a gestão de parte da rede. Hoje ela toma de conta de mais de metade da rede de serviços. Um modelo só com OS tem tudo para não dá certo. É uma constatação também de outros estados. Nós temos um modelo misto com a Emserh e as OS, em que uma faz o controle da outra e a gente pode fazer a medição de eficiência mesclando os dois lados. O modelo anterior não tinha controle, impessoalidade e fazia com que recursos públicos fossem geridos de forma privada, o que não tinha como dar certo. A gente vem tentando reverter isso.

Houve alguma polêmica com os médicos e o CRM?

Temos uma relação muito boa com o CRM e com os médicos, mas, obviamente, em uma estrutura tão grande e complexa como a saúde, há alguns que torcem contra. Alguns médicos amigos quiseram fazer o ato de solidariedade no auditório do CRM e tiveram o pedido deferido, mas, após reclamação de alguns, esses mesmos amigos decidiram não realizar o ato no local para que não houvesse polêmica. Mas isso não tem nada a ver com a instituição do CRM.

Qual sua opinião sobre a medida dos deputados de retirar emendas positivas do Estado?

Infelizmente nos parece ser uma medida desnecessária. A disputa política do Maranhão vai além do irracional, não havia necessidade de se fazer isso. É importante que se lembre que o Estado seria apenas um repassador dos recursos para os municípios. Quando fizemos o acordo, no ano passado, os deputados federais não aceitaram destinar parte dos recursos para o Estado. Na real, só daria trabalho ao Estado, porque a gente ia usar o orçamento do estado, os servidores do estado, as aberturas do processo, para depois repassar aos municípios.

Agora, com essa mudança, os municípios têm que fazer o projeto diretamente no Ministério. A gente tá correndo o risco de, no futuro, os recursos não serem disponibilizados aos municípios, porque é complicado fazer o projeto chegar ao Ministério. Do jeito que está sendo feito, cada município tem que entrar com um projeto, muitas vezes com equipe técnica que eles não possuem. Com problema para fazer cada um, para tramitar esses processos.

Qual seria a principal consequência deste ato?

A consequência disso é uma só, pois os municípios menores vão ter dificuldade muito maior de receber os recursos junto ao Ministério da Saúde.

Houve pedido para sua saída da Secretaria? Você pensou em sair?

Nunca houve pressão de ninguém do Governo. Há sempre o pedido de familiares, pois num cargo desses a gente renuncia muito à família. Eu mesmo não pensei em pedir para sair. Pois o objetivo dos ataques e intrigas é justamente esse. Até porque se houvesse um rompimento neste momento, seria terrível para a política de saúde. E essa mudança leva tempo até que o novo secretário pegue a dinâmica da máquina, leva tempo. Mas o cargo está a disposição do governador o tempo todo. Quando ele não sentir confiança e achar que é necessário a mudança, ele vai fazê-lo.



OS HC não visam obstaculizar prisão, mas ele é o único remédio que existe para trancar uma investigação que é ilegal

HONÓRIO MOEIRA



Cada município tem que entrar com um projeto, muitas vezes com equipe técnica que eles não possuem. A consequência disso é uma só, pois os municípios menores vão ter dificuldade de receber os recursos

A democrática arte de julgar



OSMAR GOMES DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS,
MEMBRO DAS ACADEMIAS LUDOVICENSE DE LETRAS;
MARANHENSE DE LETRAS JURÍDICAS E MATINHENSE
DE CIÊNCIAS ARTES E LETRAS.

JULGAR! As nações evoluíram ao longo dos séculos e passaram da barbárie para um estado de equilíbrio social fundado nas normas que regem a conduta de cada cidadão. Na organização e divisão de poderes, restou ao Judiciário aplicar a lei a cada caso concreto.

No mister dessa árdua missão de decidir, um episódio em especial deve ser destacado: a cerimônia e a ritualística em torno da instituição do Tribunal do Júri. Desde as tratativas iniciais até o veredito com a sentença, o cerimonial segue uma mística peculiar, trabalhosa, porém democrática, no julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Promotores e advogados, operadores do Direito que, respectivamente, sustentam suas teses de acusação e defesa, seguem ritual que vão das vestimentas apropriadas até representações fáticas com intuito de incorporar o espírito daquilo que defendem para convencer os jurados.

O dom da oratória é percebido na retórica lógica e minimalista, que visa a narrar, descrever, desenhar os fatos. O encadeamento de ideias é exposto por ambos os lados. É um vale tudo, obviamente dentro dos limites legais, no propósito de tornar aceitável, acreditável, a linha que defendem.

Ao magistrado, cabe a parte essencial que é preparar o processo para que ele seja levado a júri popular obedecendo ao devido processo legal. Sobre esse ponto especial, convém rememorar o que preconiza nossa Constituição Federal no que tange à instituição Tribunal do Júri.

Sobre esse ritual, defende a Carta Magna que ao júri será garantida a plenitude de defesa; o sigilo das votações proferidas pelos jurados; e a soberania dos veredictos, ou seja, a última palavra caberá ao Conselho de Sentença.

Condenar ou absolver não é o ponto nevrálgico que se pretende analisar nestes breves escritos. A cada reunião do dito conselho, salvo desclassificação para crime da competência da justiça criminal comum, não há

outro resultado além desses dois mencionados, não há empate, apenas culpado ou inocente. Todavia, o mais fascinante é que tal decisão cabe ao cidadão comum e não ao juiz natural do processo.

No júri, cada um dos sete jurados é juiz de sua própria razão. Ouve, analisa, sentencia. Decisão esta que se fundamenta no conjunto de provas apresentado, às vezes exaustivamente, pela acusação ou pela defesa. É o momento em que a sublime arte de julgar está, por assim dizer, nas mãos da própria sociedade.

Ser jurado é bem mais que uma obrigação. Poder exercer relevante papel dentro da estrutura de um poder constituído é uma função das mais nobres, que eleva aquele que a cumpre dentro dos preceitos éticos. Ao ser escolhido como jurado, o cidadão passa a fazer parte de um seletivo grupo de indivíduos com comprovada idoneidade moral.

A função é considerada pela lei um serviço público de relevância, assegurando ao jurado outros benefícios, como preferência quando da ocorrência de empate na disputa em concurso público. Vantagem também usufruída por aquele que já é servidor público, podendo a função de jurado ser garantia de desempate em casos de promoção ou remoção na carreira.

Mas participar do júri é algo que transcende as questões colocadas. O escolhido tem a possibilidade de participar da mais verdadeira representação democrática encarnada no seio do processo judicial criminal, com todo seu embate teórico e as nuances psicológicas que dão contorno a um caso concreto da vida real.

Sete cidadãos de cores, credos, classes, religiões, posições e papéis sociais diversos. Sete histórias distintas, todos iguais! Sim, no Conselho de Sentença, as diferenças se igualam, ainda que por um curto lapso temporal. Os jurados são protagonistas, “donos das canetas”, livres para deliberar seguindo apenas a própria consciência e convicção, sem influências externas ou mesmo entre os próprios jurados.

Ganha o cidadão, ganha o Estado e ganha a nação enquanto ente constituído. O empoderamento dos indivíduos na busca de soluções práticas para os problemas cotidianos contribui para o fortalecimento da democracia e para o compartilhamento de responsabilidade entre as instituições e sociedade na missão de consolidar a paz social.



RAIMUNDO BORGES
DIRETOR DE REDAÇÃO

Histórias que ficam

Na década de 1980, conheci, em Imperatriz, o juiz da comarca local, Raymundo Liciano de Carvalho. Foi um encontro profissional. Como correspondente do jornal O Globo no Maranhão, foi escalado para produzir uma reportagem especial sobre a dimensão do crime organizado – especialmente a pistolagem – na região de Imperatriz e Santa Inês. De lá se estendia até a explosiva região do Bico do Papagaio – encontro geográfico no mapa dos estados do Goiás (depois, Tocantins), Maranhão e Pará.

Aquele entroncamento interestadual era dominado pelo cangaço na sua versão moderna. No centro da área, os conflitos por terra eram permanentes e cada vez mais violentos. Um território sem lei, dominado pela força da bala. Fazendeiros, grileiros, posseiros vindos de outros pontos do Brasil, e líderes camponeses travavam a luta de vidas e mortes. A cidade de Imperatriz centralizava os conflitos no Judiciário e no aparelho de Segurança. O juiz Raymundo Liciano de Carvalho atuava na mediação ou na solução daquela guerra.

Em alta estava a disputa pela posse das terras devolutas ou devolvidas ao patrimônio da União, localizadas até 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais. Porém, ao longo dos anos, tais vastidões de terras públicas, virgens e pouco exploradas, foram desaparecendo, cedendo lugar à pecuária. Enquanto isso, os ruralistas iam sendo escoraçados sob o fogo da jagunçada. Eram assassinos de aluguel, pistoleiros profissionais, grileiros, agentes cartoriais e trabalhadores sem terra, tudo no mesmo ambiente. O sangue escorria sem parcimônia, com a tênue interferência do aparelho estatal.

A pauta da reportagem era o chamado “Sindicato do Crime”, que as mídias local e nacional davam ampla cobertura, graças

às denúncias e levantamentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica. O fazendeiro-pistoleiro José Bonfim, com residência em Imperatriz, fazendas de gado e haras da raça Quarto de Milha Marchador, estava sempre no centro da onda de violência. Ele era tido como chefe do tal Sindicato do Crime, uma “organização” que, de fato, não tinha qualquer registro. Apenas no noticiário.

Como tinha tempo suficiente, comecei o trabalho, fazendo levantamento dos processos sobre os crimes praticados por Bonfim e outros, no cartório do fórum de Imperatriz, um espaço acanhado, ao lado do gabinete do juiz da comarca Raymundo Liciano. Depois de autorizar a xérox de todo o material dos processos, Liciano contou sobre o seu trabalho, metido no centro daquela guerra. Não era nada fácil para um magistrado, na época, sem a pompa do cargo que o Judiciário coloca hoje à disposição de seus membros.

Antes de tentar contato com José Bonfim, procurei o presidente da seccional local da OAB, advogado Aureliano Neto, para informá-lo de que estava ali fazendo uma matéria jornalística, por demais arriscada. Aureliano foi colega de turma na Faculdade de Direito da UFMA de Raymundo Liciano. Hoje, Aureliano Neto é juiz na capital, mas sua trajetória inclui o primeiro emprego, como linotipista de **O Imparcial**, no tempo da composição a chumbo. Atualmente ele é um dos aprumados e consistentes articulistas do jornal. Muitas coincidências.

Na conversa com o juiz Liciano, ele me perguntou: “Você já entrevistou o Zé Bonfim?”. O tal chefe do crime na região mais conflitada no Maranhão tinha conseguido, no TJ-MA, três condenações revogadas.

Respondi que sim. E o Dr. Luciano me deu o telefone do advogado Clebes, que defendia o temido Zé Bonfim.

Pelo advogado, consegui, no dia seguinte, ser recebido por Bonfim em sua casa, no bairro Juçara. Ele não permitiu que o

repórter-fotográfico Antônio Duarte fizesse o seu trabalho. “Estou com a camisa por dentro da calça, coisa que nunca faço, pois sempre ando bem armado e a camisa por fora ajuda desfaçar”, explicou.

Na entrevista, Bonfim não fugiu nem das perguntas mais embaraçosas: “Quantas pessoas você já matou?”

“Não conto, nem anoto esse tipo de serviço. Só lhe digo uma coisa: nunca matei um trabalhador honesto”.

Mas em Imperatriz e região, você é citado como matador de pelo menos 30 pessoas. O que tem a dizer sobre isso?

“Não sei quem espalhou isso. Pois aqui pouca gente me conhece na cidade. Eu ando muito pouco. As pessoas falam do nome sem nem me conhecer”.

Mas você é muito temido e até respeitado pela violência que lhe atribuem...

“Aqui ninguém me respeita, porque não me conhece. Acredito que eles respeitam é meu revólver. Só isso”.

Ele emprestou do álbum de família, uma foto em que seria diferente de sua imagem usual. A foto saiu na capa de O Globo, com a legenda: José Bonfim: “Eles não me respeitam. Respeitam é meu revólver”.

Tempos depois, vim me encontrar com Raymundo Liciano em São Luís, como juiz da capital. Antes de ser promovido a desembargador e depois eleito presidente do Tribunal de Justiça. Já aposentado, Raymundo Liciano voltou para o município de Loreto, onde implantou uma indústria de cachaça, da melhor qualidade. Uma vez, ele me doou duas garrafas do produto, que até hoje mantenho intactas, esperando um momento para degustar umas doses.

Esta semana, Liciano faleceu, levando para o andar de cima a honradez, a simplicidade que revela o caráter dos homens de bem, e a grandeza de saber cultivar amizades sinceras. Além de ter sido um juiz que soube fazer da justiça uma grandeza em benefício de quem dela precisa. Que Deus o proteja e o acomode num lugar merecido.

Assembleia e Tribunal celebram parceria

As duas instituições confirmaram o Termo de Cooperação para a veiculação de um programa chamado “Justiça Cidadã” na TV Assembleia

Os presidentes da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto, e do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinaram, na manhã da última sexta-feira (27), o Termo de Cooperação para veiculação do programa “Justiça Cidadã”, na TV Assembleia (Digital – Canal 51.2 e TVN – Canal 17).

Durante a cerimônia, realizada no Salão Nobre do Tribunal de Justiça, o deputado Othelino Neto salientou a importância da assinatura do Termo de Cooperação. “Esta parceria enriquece muito a grade do canal da nossa TV Assembleia e representa um marco de grande alcance na história tanto do Legislativo quanto do Judiciário do Maranhão”, afirmou Othelino, frisando que, muito em breve, outras instituições também deverão se incorporar à grade da TV Assembleia.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, declarou que a cooperação entre o Legislativo e o Judiciário, na área da comunicação, representa um ganho não apenas para a Magistratura, e sim para toda a população.

“Este Termo tem o sentido de contemplar, também, aqueles que mais precisam, aqueles

menos favorecidos, que poderão ter livre acesso às informações sobre o que o Judiciário do Maranhão está fazendo. Vale lembrar que, nos dias de hoje, cabe cada vez mais à magistratura não só decidir, mas dar eficácia às decisões. O que devemos fazer, portanto, é dar efetividade às nossas decisões de modo que, nesta perspectiva, esta parceria com a Assembleia Legislativa terá um papel preponderante como um novo canal de interlocução com a sociedade”, discursou o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

No mesmo tom, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, afirmou que a assinatura do Termo de Cooperação é um dos atos mais importantes da administração do desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos à frente do Tribunal de Justiça do Estado.

“Este ato representa um grande marco para o Poder Judiciário porque, a partir de agora, através de um programa de TV, a Justiça aproximase cada vez mais do cidadão. É um novo canal de comunicação desta nossa Casa, em cooperação com o Poder Legislativo do nosso Estado”, ressaltou o desembargador Marcelo Carvalho Silva.

A solenidade contou também com a presença do vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival

Serejo, e dos desembargadores Jorge Rachid, Paulo Velten e Jamil Gedeon. Também participaram da cerimônia o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Ângelo Alencar dos Santos, além de juízes e dirigentes de órgãos do Judiciário.

O diretor de Comunicação da Assembleia Legislativa, jornalista Edwin Jinkings, também destacou a importância do Termo de Cooperação, frisando que o objetivo desta parceria é estreitar as relações e reforçar a harmonia entre os dois poderes e, destes, com a sociedade, levando informação de qualidade e orientação sobre os assuntos e temas da área jurídica.

Edwin Jinkings observou que a Assembleia Legislativa do Maranhão possui uma das maiores estruturas de Comunicação pública do país. Nesse sentido, com o objetivo de otimizar a programação da TV Assembleia, a nova gestão está abrindo espaços para estreitar relações com outras instituições, ao mesmo tempo em que ganha com informações e conteúdo diferenciado, atingindo públicos segmentados.

“Esta parceria é de suma importância porque vai levar ao público da TV Assembleia conteúdo diferenciado e de qualidade, ampliando assim a grade de programação da emissora, oferecendo mais informações e estreitando as relações com

os cidadãos maranhenses”, assinalou Edwin Jinkings.

O diretor de Comunicação do Tribunal de Justiça, Antônio Carlos de Oliveira, informou que a estreia do programa acontece no último sábado (28), ao meio-dia, com reprise as segundas e quartas-feiras, às 21h. Sua formatação conta com reportagens, quadros informativos e entrevistas com magistrados e outros profissionais do Direito, para que a população conheça as ações e serviços do Poder Judiciário.

Logo no início da solenidade, no Salão Nobre do TJMA, foi exibido o vídeo de lançamento do “Justiça Cidadã”, programa que estreia neste sábado, voltado tanto para profissionais da área do Direito quanto para o cidadão comum, trazendo aspectos interessantes como o quadro “juridiquês”.

Seguindo essa mesma política de comunicação adotada na atual gestão, já está sendo formatado o programa do Ministério Público, que irá ao ar em breve, bem como já aconteceram conversas preliminares com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), entre outras instituições.

FOTOS DIVULGAÇÃO



Desembargadores prestigiam a assinatura do termo feita pelo deputado Othelino Neto em solenidade



Esta parceria enriquece muito a grade
do canal da nossa TV Assembleia e
representa um marco de grande alcance na
história tanto do Legislativo, quanto
do Judiciário do Maranhão

deputado Othelino Neto,
presidente da Assembleia Legislativa



3 Os presidentes do Tribunal de Justiça, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, firmaram um acordo de parceria, pelo qual, o Judiciário Maranhense terá espaço na programação da TV Assembleia, com sua produção própria. Um avanço e tanto no aproveitamento da TV pública na sua missão de servir ao público.

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luz.almeida@globo.com / www.joseluzalmeida.com



BANDIDOS SÃO OS OUTROS

Dê uma olhada nas mensagens e comentários postados no Facebook, leia as curtas mensagens no Twitter, atente para o teor das cartas enviadas para as redações dos jornais e revistas, observe a participação de ouvintes em rádios AM/FM, ouça os discursos políticos, atente para o que dizem as mais destacadas lideranças nacionais/locais, converse nas filas de banco, dialogue numa mesa de um restaurante ou de um bar, convide os amigos para assistirem a uma partida de futebol, se reúna em volta de uma mesa para uma rodada de vinhos ou para degustar um bom churrasco e constatará, inapelavelmente, pelos discursos/comentários que ouvirá/lerá, pelas posições assumidas, enfim, que vivemos no país dos mocinhos, os quais são sempre os do lado de cá, enquanto os bandidos são os outros, os do lado de lá. Com a devida atenção, pode-se observar, nesses ambientes - especialmente nas redes sociais (propícias ao escárnio e ao vilipêndio) -, que o vizinho, o torcedor rival, o motorista que disputa o mesmo espaço, o juiz que concedeu ou negou uma liminar, o ministro que soltou ou o que mandou prender, o deputado que votou contra ou o que votou a favor, o promotor que denuncia ou o promotor que não denuncia, o delegado que prende ou o delegado que não prende, todos, enfim, que não pensam e não agem e/ou não decidem de acordo com o que pensam e querem os que se imaginam mocinhos, são sempre os bandidos, são o alvo a ser defenestrado, o alvo a ser atingido, a ser massacrado, a ser enxovalhado, convindo anotar que os mocinhos, sobretudo os que pontificam nas redes sociais, que têm sempre uma crítica mordaz a fazer aos que não pensam da mesma forma que eles, são os que, na vida pessoal, na maioria das vezes, relativizam a moral, que não se acanham de, quando lhes convém, dar um jeitinho, fazer uma traquinice, cujo senso crítico só se mostra atilado quando lhes apraz. Nesse panorama, é de rigor a constatação de que, em

todas as circunstâncias, em todos os eventos, em todas as oportunidades, os equívocos são sempre dos outros, ou seja, dos que estão do outro lado, dos que assumem posições que não se prestam aos interesses dos que estão do lado oposto ou que possam afetar, de qualquer modo, os interesses dos seus amigos, - pois, afinal, para os que se julgam mocinhos, para os que estão em lado oposto, aqueles que não pensam, não agem e não decidem como eles gostariam, devem mesmo ser espezinhadados. E as redes sociais, nesse sentido, são o melhor palco, são o ambiente ideal, são o local mais propício, ambiente no qual se pode assacar, com grandes possibilidades de não ser alcançado pelos órgãos de controle social, as críticas mais acerbas, as acusações mais descabidas, daquelas que beiram à incivilidade e à ignomínia, muitas vezes atingindo a honra e o decoro daquele que se elegeu como bandido. Definitivamente, para os que pensam e agem a partir dos seus interesses, de sua visão unilateral de mundo, à vista de suas idiosincrasias, cujo centro do universo é o próprio umbigo, os mocinhos são eles próprios e os que se alinham ao seu pensamento, ou seja, os que decidem como eles gostariam que decidissem, os que pensam de igual modo ou, numa outra perspectiva, os que defendem e se alinham aos seus interesses. Nesse cenário, os que ousam contrariar os mocinhos, são os néscios que estão a merecer o seu desprezo. Nessa senda, eles, os mocinhos, não perdem a oportunidade de atacar os que julgam ser os bandidos, ou seja, os outros; bandidos por pensarem de modo diverso, por ousarem assumir posições diferentes. E, nesse afã, para escarnecer o inimigo, nada melhor, repito, que uma página na internet, ambiente ideal para desancar quem pensa diferente, quem ousa discordar, ainda que, nesse alvitre, seja preciso manchar a honra daqueles que são eleitos desafetos, os quais, afinal, aos olhos dos mocinhos, não são dignos de respeito.

No mundo dos que usam as redes para destilar ódio e espargir veneno, constata-se que, do lado de cá, definitivamente - e assim parece estar dividida a sociedade -, estão os mocinhos; do lado de lá, estão os bandidos, considerados como tais até que adiram ao pensamento dos mocinhos ou até que decidam de acordo com as expectativas desses mesmos mocinhos. Nesse mundo perverso e maniqueísta, o mal está sempre nos outros. Só os mocinhos professam e agem de acordo com o bem, o bom e o justo. Os desonestos são sempre os outros; os honestos são só os que se imaginam mocinhos, pois só estes têm pudor, agem com acerto. E os outros? Bom, os outros, até prova em contrário, são de honestidade duvidosa, a menos, repito, que se aliem ao pensamento dos mocinhos, que cerrem fileiras na defesa dos interesses dos que, imaginando-se mocinhos, são impiedosos com os que elegem bandidos. No mundo dividido entre mocinhos e bandidos, a tendência é de os primeiros fecharem os olhos para os erros dos seus congêneres - e os seus próprios - e dos que pensam e agem da mesma forma que eles, para, noutro giro, permanecem com os olhos bem abertos e censuradores para os erros dos que elegeram como bandidos. E assim, nos mais diversos ambientes, o que se ouve é sempre crítica aos outros; sempre aos outros. Nada de autocrítica, uma vez que os erros estão sempre nos outros, assim como os desvios de conduta são sempre protagonizados por estes. Por isso, as redes sociais parecem abrigar um exército de arcanjos, onde vicejam as críticas acerbas e as infâmias assacadas contra os que não rezam pela cartilha dos que se julgam donos da verdade. E tomem críticas e aleivosias, sobretudo aos homens públicos, muitas das quais assacadas por quem, na vida privada, vive protagonizando deslizes morais que só consegue perceber e condenar nos outros. É isso.

Coluna do Jersan

Coluna e outras matérias no Blog (<http://jersanaraujo.blogspot.com.br>). E-mail: jersan.araujo@gmail.com



PRENDER SOLTAR, EIS A QUESTÃO

No Brasil, as leis são frouxas e normalmente favorece criminosos. Prender soltar, eis a questão. A polícia investiga crimes e prende os traficantes, assaltantes, assassinos, mas, em pouco tempo, os advogados desse pessoal encontram fórmula e conseguem a liberdade dos meliantes. É um “enxuga gelo” permanente. Aqui no Maranhão, de acordo com levantamento feito pelo Poder Judiciário 80% dos presos que adquirem a liberdade após o cumprimento da pena a eles imposta voltam a cometer crimes. No Brasil o governo federal estuda a possibilidade de colocar na rua cerca de 50 mil condenados por variados crimes, isso significa que em breve teremos 40 mil criminosos ameaçando a população que anda apavorada. A reportagem da jornalista Luciene Vieira, publicada

ontem, aqui no JP, deixa claro o reconhecimento do desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho de que o sistema é falho e que é indispensável à aplicação de políticas públicas para estimular os condenados a um convívio civilizado e recíproco com a sociedade, após o cumprimento da pena e ganhar a liberdade. São necessárias políticas públicas destacando a importância de “lançar luz sobre as dificuldades do sistema penitenciário incluindo o retorno desses presos ao convívio em sociedade porque acredita em um debate pedagógico no qual todos saiam ganhando”.

A situação dos condenados, recolhidos em penitenciárias inadequadas e superlotados é desumana e o momento de insegurança em que vive o povo brasileiro é insustentável, apavorante. O grande traficante

de drogas ilícitas detém o poder que por vez aparece mais forte e mais organizado que o Poder Institucional. Eles (os traficantes) organizam e mandam executar assassinatos, grandes assaltos e evoluem financeiramente no crime. Há poder de organização e financeiro.

Considerando a declaração do desembargador Froz Sobrinho de que 80% dos presos que cumpre pena e ganham a liberdade voltam a praticar crimes e a vontade do governo federal de soltar 50 mil apenados, a sociedade brasileira pode se preparar para o pior, em termos de insegurança pública. Não se pode desconsiderar, também, a reclamação das policiais que prendem e a Justiça solta por força das leis frágeis em vigor no país.

massacres de 2013 - PEDRINHAS E OUTROS 47 PRESÍDIOS DESAFIAM FACÇÕES E A
INDÚSTRIA CARCERÁRIA NO PAÍS

Folha mostra transformação e avanços do sistema penitenciário do Maranhão após massacres de 2013

PEDRINHAS E OUTROS 47 PRESÍDIOS DESAFIAM FACÇÕES E A INDÚSTRIA CARCERÁRIA NO PAÍS

*Em expansão,
modelo prisional
alternativo das
Apacs deve
alcançar cem
unidades no Brasil
até 2020*

Com um limite de 200 internos por unidade, um custo dois terços menor e índices de reincidência criminal de 20% contra 85% no sistema prisional tradicional, as Apacs (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) se mostram uma alternativa em meio ao caos de penitenciárias superlotadas e dominadas por facções. É o caso do Maranhão, após os massacres de Pedrinhas, em 2013. Os avanços e as transformações no sistema penitenciário do Maranhão foram destaque em reportagem do jornal Folha de S. Paulo.

PÁG. 1 (C2)



As Apacs funcionam bem, após uma série de rebeliões e massacres na Penitenciária de Pedrinhas

Folha de S. Paulo mostra avanço do sistema penitenciário do Maranhão

Reportagem do jornal Folha de S. Paulo deste sábado (28) mostra a transformação pelo qual passou o sistema penitenciário do Maranhão desde 2015. O jornal fala sobre as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), modelo adotado pelo Governo do Maranhão em parte do sistema. São prisões humanizadas nas quais os presos fazem todos os serviços gerais, com um custo dois terços menor que em presídios comuns. A Folha conta que as Apacs

têm limite de 200 internos por unidade e índice de reincidência criminal de 20%, contra 85% do modelo tradicional. “As Apacs vêm se mostrando uma alternativa em meio ao caos de penitenciárias superlotadas e dominadas por facções”, diz a reportagem. “É o caso do Maranhão, após uma série de rebeliões e massacre de Pedrinhas, penitenciária de segurança máxima da capital entre 2013 e 2016. Seis Apacs já estão em funcionamento no estado e

outras duas devem ser abertas em breve”, acrescenta o texto. “A primeira Apac em uma capital foi justamente a de São Luís, que nasceu dentro daquele contexto grave com decapitações de presos em Pedrinhas”, diz à Folha Valdeci Ferreira, presidente da Fraternidade Brasileira de assistência aos Condenados (Fbac). A reportagem ressalta que um preso na Apac custa em média R\$ 1.000, por mês, contra R\$ 3.500 no sistema comum.



ARQUIVO

As Apacs funcionam bem, após uma série de rebeliões e massacres na Penitenciária de Pedrinhas

massacres de 2013 - PEDRINHAS E OUTROS 47 PRESÍDIOS DESAFIAM FACÇÕES E A
INDÚSTRIA CARCERÁRIA NO PAÍS

SEM POLÍCIA, 48 PRESÍDIOS DESAFIAM FACÇÕES E INDÚSTRIA CARCERÁRIA NO PAÍS

Em expansão, modelo prisional alternativo das Apacs deve alcançar 100 unidades no Brasil até 2020

ELIANE TRINDADE*

É de uma casa simples no centro de Itaúna (MG), a 83 km de Belo Horizonte, que Valdeci Ferreira, presidente da Fbac (Fraternidade Brasileira de assistência aos Condenados), planeja a expansão do modelo de prisão humanizada que desafia as facções criminosas e a indústria do preso.

“Nossa meta é chegar a cem presídios sem polícia e armas no país até 2020”, diz, sobre as Apacs (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). Elas já administram 48 centros de reintegração social, onde presos se ocupam de disciplina, limpeza e comida.

Com um limite de 200 internos por unidade, um custo dois terços menor e índices de reincidência criminal de 20% contra 85% no sistema prisional tradicional, as Apacs se mostram uma alternativa em meio ao caos de penitenciárias superlotadas e dominadas por facções.

É o caso do Maranhão, após o massacre de Pedrinhas, em 2013. Seis Apacs estão em funcionamento no estado e outras duas devem ser abertas em breve. “A primeira Apac em uma capital foi a de São Luís, que nasceu dentro daquele contexto grave com decapitações de presos em Pedrinhas”, relata Ferreira.

O espaço oferecido pelo governo do Maranhão ficou inicialmente às moscas. “Tínhamos os voluntários, apoio da comunidade, mas não clientela, pois Pedrinhas e outros presídios do estado estavam dominados pelas facções”, diz o presidente da Fbac. “Foi feito um pacto, e o preso que optasse pela Apac era autorizado a romper com sua facção.”

Só assim foram ocupadas as 40

vagas iniciais. Hoje, a Apac de São Luís abriga 80 presos.

O governador Flávio Dino (PCdoB) levou para a secretaria de Administração Penitenciária do Maranhão Murilo Andrade de Oliveira, que acompanhou a evolução das Apacs em Minas Gerais.

Desde 2001, o movimento de presídios humanizados virou política pública do Tribunal de Justiça do estado, a partir da experiência pioneira em três comarcas: Itaúna, Nova Lima e Sete Lagoas.

O modelo ganhou impulso em 2004 com a adesão do governo de Minas, após a alteração da lei estadual de Execução Penal, que passou a permitir convênios para manutenção e construção de novas Apacs.

Hoje são 38 unidades e 3.035 vagas. Cerca de 10% dos presos condenados no estado cumprem pena nessas unidades, segundo cálculos do juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, designado pelo TJ-MG para assuntos relativos às Apacs.

“Com o respaldo do TJ, juízes foram acreditando na metodologia e colocaram a própria credibilidade para encampar a ideia.” Convenceram a comunidade. “É outra lógica, a da responsabilidade compartilhada.” O juiz cita o exemplo de quando esteve à frente da Vara de Execução Penal em Lagoa da Prata (MG).

“Eu tinha uma Apac com 150 presos e quatro plantonistas e uma cadeia pública também com 150 presos, mas 37 agentes penitenciários.” A Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas transferiu, em 2017, R\$ 43 milhões para manutenção/

custeio de 32 unidades masculinas e seis femininas no estado.

Em Minas, funciona ainda um segundo modelo alternativo, o de PPP: o Complexo Penal de Parreira Público-Privada, em Ribeirão das Neves, na região metropolitana de BH.

São três unidades com 2.164 presos, ao custo de R\$ 126,85 vaga/dia, R\$ 98 milhões/ano.

Para expandir o modelo das Apacs, baseado em 12 pilares, entre eles espiritualidade e fortalecimento de laços familiares, a Fbac aposta na força do exemplo mineiro.

Já foram aprovadas legislações semelhantes à de Minas em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Maranhão e Amapá. O ex-governador de Minas e hoje senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou projeto de lei para dar amplitude nacional ao modelo Apac.

Enquanto não é aprovada, a unidade de Macaú, no Rio Grande do Norte, por exemplo, funciona com doações da comunidade.

“Lá nós tivemos uma ação de inconstitucionalidade e não pudemos celebrar convênio com o governo porque a tarefa de custodiar presos no Brasil é do estado”, explica Ferreira. “Em Minas, rompemos isso pela primeira vez.”

O modelo de presídios sem polícia e armas foi apresentado como alternativa também nas negociações do acordo de paz entre governo e guerrilha na Colômbia. O presidente da Fbac, que dissemina o método pelo no mundo, viajou na semana passada para Medellín.

Para um crescimento sustentável sem desvirtuar a metodologia, a Fbac, que venceu o Prêmio Empreendedor Social 2017, desenha planejamento estratégico

massacres de 2013 - PEDRINHAS E OUTROS 47 PRESÍDIOS DESAFIAM FACÇÕES E A
INDÚSTRIA CARCERÁRIA NO PAÍS

para a entidade. “É preciso um novo modelo de governança e gestão para conseguirmos um salto de escala maior”, diz Ferreira. Esbarra em desafios, como a cultura de encarceramento em massa e a crença de parcela da população de que “bandido bom é bandido morto”.

Ferreira chama atenção para o fato de o método Apac ter 45 anos e um número reduzido de recuperandos, em um universo de mais de 726 mil presos no Brasil, terceira maior população carcerária do mundo.

“Nadamos contra a correnteza.

A indústria do preso cresce mais que a automobilística, a farmacêutica e o agronegócio.

Muitas corporações, instituições e pessoas que vivem da miséria dos encarcerados.”

Neste processo de sensibilização, a Fbac vem colhendo apoios, como o do Movimento das Mulheres do Brasil, capitaneado por Heloísa Helena Trajano. A Apac feminina de Florianópolis prestes a ser inaugurada conta com a parceria do grupo que agrega lideranças femininas de vários segmentos.

Outro desafio é mudar a mentalidade de autoridades para o fato de que a justiça não se realiza tão somente com a condenação. Depois da sentença judicial, Ferreira defende uma terapêutica penal que permita àqueles que um dia feriram a sociedade reciclar valores e mentalidades.

“O nosso método leva à responsabilização do dano causado às vítimas e ao mesmo tempo fazer o recuperando se dar conta de que todo homem é maior do que seu crime.”

*Eliane Trindade é editora do Prêmio Empreendedor Social

CLAYTON MONTELES



Detento recebe aulas de alfabetização, na Apac de Itapecuru-Mirim, no interior do Maranhão

ARQUIVO



Detento cultiva horta conforme política de melhorias no sistema penitenciário

Assembleia Legislativa e Poder Judiciário fazem parceria para veiculação de programa de TV

Os presidentes da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto, e do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinaram, na manhã de sexta-feira (27), o Termo de Cooperação para veiculação do programa “Justiça Cidadã”, na TV Assembleia (Digital – Canal 51.2 e TVN – Canal 17).

Durante a cerimônia, realizada no Salão Nobre do Tribunal de Justiça, o deputado Othelino Neto salientou a importância da assinatura do Termo de Cooperação. “Esta parceria enriquece muito a grade do canal da nossa TV Assembleia e representa um marco de grande alcance na história tanto do Legislativo quanto do Judiciário do Maranhão”, afirmou Othelino, frisando que, muito em breve, outras instituições também deverão se incorporar à grade da TV Assembleia.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, declarou que a cooperação entre o Legislativo e o Judiciário, na área da comunicação, representa um ganho não apenas para a Magistratura, e sim para toda a população.

“Este Termo tem o sentido de contemplar, também, aqueles que mais precisam, aqueles menos favorecidos, que poderão ter livre acesso às informações sobre o que o Judiciário do Maranhão está fazendo. Vale lembrar que, nos dias de hoje, cabe cada vez mais à magistratura não só decidir, mas dar eficácia às decisões. O que devemos fazer, portanto, é dar efetividade às



O corregedor-geral da Justiça, Marcelo Carvalho Silva; o presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos; e o presidente da Assembleia, Othelino Neto, durante a formalização da parceria

nossas decisões de modo que, nesta perspectiva, esta parceria com a Assembleia Legislativa terá um papel preponderante como um novo canal de interlocução com a sociedade”, discursou o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

No mesmo tom, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, afirmou que a assinatura do Termo de Cooperação é um dos atos mais importantes da administração do desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos à frente do Tribunal de Justiça do Estado. “Este ato representa um grande marco para o Poder Judiciário porque, a partir de agora, através de um programa de TV, a Justiça aproxima-se cada vez mais do cidadão. É um novo canal de comunicação desta nossa Casa, em cooperação com o Poder Legislativo do nosso Estado”, ressaltou o desembargador Marcelo Carvalho Silva. A solenidade contou também

com a presença do vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, e dos desembargadores Jorge Rachid, Paulo Velten e Jamil Gedeon. Também participaram da cerimônia o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Ângelo Alencar dos Santos, além de juízes e dirigentes de órgãos do Judiciário.

O diretor de Comunicação da Assembleia Legislativa, jornalista Edwin Jinkings, também destacou a importância do Termo de Cooperação, frisando que o objetivo desta parceria é estreitar as relações e reforçar a harmonia entre os dois poderes e, destes, com a sociedade, levando informação de qualidade e orientação sobre os assuntos e temas da área jurídica. Edwin Jinkings observou que a Assembleia Legislativa do Maranhão possui uma das maiores estruturas de Comunicação pública do país. Nesse sentido, com o objetivo de otimizar a

DIVULGAÇÃO

programação da TV Assembleia, a nova gestão está abrindo espaços para estreitar relações com outras instituições, ao mesmo tempo em que ganha com informações e conteúdo diferenciado, atingindo públicos segmentados.

“Esta parceria é de suma importância porque vai levar ao público da TV Assembleia conteúdo diferenciado e de qualidade, ampliando assim a grade de programação da emissora, oferecendo mais informações e estreitando as relações com os cidadãos maranhenses”, assinalou Edwin Jinkings.

O diretor de Comunicação do Tribunal de Justiça, Antônio Carlos de Oliveira, informou que a estreia do programa acontece neste sábado (28), ao meio-dia, com reprise às segundas e quartas-feiras, às 21h. Sua formatação conta com reportagens, quadros informativos e entrevistas com magistrados e outros profissionais do Direito, para que a população conheça as ações e serviços do Poder Judiciário.

Logo no início da solenidade, no Salão Nobre do TJMA, foi exibido o vídeo de lançamento do “Justiça Cidadã”, programa que estreia neste sábado, voltado tanto para profissionais da área do Direito quanto para o cidadão comum, trazendo aspectos interessantes como o quadro “juridiquês”.

Seguindo essa mesma política de comunicação adotada na atual gestão, já está sendo formatado o programa do Ministério Público, que irá ao ar em breve, bem como já aconteceram conversas preliminares com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), entre outras instituições.